



1 ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e
2 dezessete, às dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino Taques, 445 – Centro.
3 Realizou-se a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. **Presentes os**
4 **conselheiros Titulares:** Everson Milleo, Elaine Cristina Antunes Rinaldi, Fábila Cristine Rocha,
5 Vera Lúcia Leal Wosgerau, Cláudia Cristina Saveli, Maria Alina Lurdes Oliveira, Felipe Simão
6 Pontes, Leandro Soares Machado, Paulo Saincler Heusi, José Timoteo Vasconcellos Sobrinho,
7 Inez Rosemari Safraide, Jefferson Leandro Gomes Palhão, Candido José Coesel, Ana Maria
8 Bourguignon de Lima, Leandro dos Santos Dias. **Presentes Conselheiros Suplentes:** Simone
9 Schenfeld Monçalves, Adriano Comassetto Machado (Débora Lee), Jiovany do Rocio Kissilevicz,
10 Ana Caetano Pinto e Andrea Marques Ribeiro. O Presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão
11 assume os trabalhos e procede a abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes.
12 **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação da 23ª Ata da reunião Ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato**
13 **das Comissões. 3. Informes Gerais: 4. Ordem do Dia. 4.1. Constituição da Comissão**
14 **Eleitoral para a Mesa Diretora do ano de 2017. 4.2. Apreciação para cadastro de inscrição**
15 **da entidade Comunidade Terapêutica Melhor Viver. 4.3. Apreciação da Proposta de**
16 **Alteração da redação da resolução nº 008/2015.** Ata aprovada com ressalvas da conselheira
17 Cláudia Saveli na linha 37 fala da importância de deixar claro, substitui por “explana”; na linha 45
18 a 47; o controle social e o dialogo nessas lutas tem que pensar que estamos em uma situação
19 seria do jeito que está indo é capaz inclusive de se perder a participação popular daqui a pouco
20 começaram a tolir nossos direitos substituir por “ O contexto atual político coloca em risco a
21 participação popular ”; na linha 51 foi eleita coordenadora “ eleita uma das coordenadoras; na
22 linha 52 vai permitir a comunicação substituir por “da coordenação e que” na linhas 57 a 63
23 solicita a supressão; nas linha 65 a 82 que o texto seja refeito “Apresentou a evolução de
24 atendimentos da ouvidoria municipal, as manifestações e orientações por mês referente aos anos
25 de 2013 a 2016. As principais queixas dos usuários foram: da demora das consultas médicas
26 especializadas, em relação as diárias de TFD, locais para aquisição de medicamentos, fraldas
27 geriátricas, alimentação enteral, vales transportes e encaminhamentos a assistente social. Trouxe
28 também ao do CMS as reclamações e denúncias feitas na ouvidoria geraram 07 sindicâncias.
29 Finalizou informando que em 2016 ocorreram ouvidorias itinerantes e 07 capacitações sobre a
30 importância da ouvidoria como ferramenta de gestão no SUS. **2. Relato Geral. 2.1. Relato das**
31 **Comissões.** A conselheira Cláudia Saveli, relatora da Comissão de Programas e Projetos relata
32 que a reunião aconteceu no dia 13 de dezembro às 17h: 20min, com a pauta: 1ª Aprovação
33 cadastro Comunidade Terapêutica Melhor Viver e 2ª Análise do relatório do 2º quadrimestre da
34 SMS. 1ª Pauta: por razões alheias a comissão, a documentação mesmo sendo entregue em
35 tempo hábil, não foi analisada junto com as demais. Portanto, conforme o parágrafo 1 artigo 3 da
36 Resolução 008/06/2015, será automaticamente aprovadas às instituições que entregaram a
37 documentação no prazo legal 15/04, como é o caso da referida Instituição. 2ª pauta: referente às
38 dúvidas ao relatório anterior persistiram as seguintes situações: **Meta 37:** que seja discriminada
39 quantidade de notificação por local de origem. **Meta 52:** Proporção de óbitos infantil e fetais
40 investigados (Objetivo do Milênio): informações sobre o funcionamento e investigações realizadas
41 dos óbitos pelo comitê de mortalidade com quantificação dos óbitos evitáveis e inevitáveis. Foi
42 solicitado anteriormente e ainda não atendido. Solicitar que sejam incorporadas no relatório no
43 item referente à produção dos serviços de saúde as consultas odontológicas e produção das
44 UBS, UBS ESF e Centro de Especialidades Odontológicas, uma vez que recebe verba específica.
45 Foi solicitado anteriormente e ainda não atendido. Surgiu na análise do 2º quadrimestre a
46 seguinte necessidade: - Solicitar a presença do funcionário da SMS responsável pelos contratos e
47 representante da UPA, para esclarecimentos referentes aos valores pagos a UPA e aos aditivos
48 do contrato, bem como a situação da paralisação veiculada na mídia. A presença da atenção
49 básica para esclarecimentos sobre a descaracterização do serviço de urgência e emergência da
50 UPA, conforme a apresentação do gestor do serviço referente ao 1º quadrimestre. A reunião
51 encerrada às 18h30min. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que o CMS pediu



52 esclarecimento do Relatório referente aos Quadrimestres; sugere que o representante da SMS
53 (que participa da reunião do CMS), converse com o responsável da SMS para atender o que foi
54 solicitado. **3. Informes Gerais:** O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que o
55 representante da Central de Movimentos Populares do Paraná a titular e a Jiovany do Rocio
56 Kissilevicz e a Juliana de Jesus Maciel passa a ser suplente. E o Movimento Popular do Estado
57 do Paraná novamente traz a Sueli Terezinha Mensen como titular em uma das vagas. Fala ainda
58 que a funcionária Sueli Terezinha Mensen saiu do CMS, não houve transferência oficial
59 (documentada), quando a Sueli foi para o Hospital da criança e depois voltou para o CMS e agora
60 voltou novamente para o Hospital, espero que haja uma formalização para que a Sueli não fique
61 nesta situação. Está situação é ruim porque quando não há uma formalização, o funcionário não
62 sabe onde está vinculado na prestação de serviço, não tem a tranqüilidade de estar no hospital
63 porque a qualquer momento pode retirar novamente e nem o CMS pode pedir mais um
64 funcionário porque a funcionaria Sueli Mensen ainda está lotada no CMS. O presidente fala ainda
65 que quem responde pela funcionaria Sueli Terezinha Mensen ainda somos nós (refere-se ao
66 CMS). A funcionaria Sueli Terezinha Mensen fala que segundo o que o presidente falou de fato
67 aconteceu, está havendo um mal entendido com a SMS e por conta disso a SMS já enviou ofício
68 para o CMS que vai descontar e dar falta no Hospital da Criança diz (SMS) que ela abandonou o
69 serviço. A referida fala que conversou de comum acordo com o superintendente Sr. Luiz Antonio
70 Delgobo e diz que ele mandou fazer os mesmos procedimentos e foi o que ela fez, diz que
71 recebeu uma advertência, mais quanto a isso já está entrando com uma ação judicial e agora vai
72 resolver sua situação e vai fazer parte do conselho como conselheira. Só para esclarecer ao CMS
73 que ela em momento algum foi insubordinada a SMS cumpriu todos os tramites, informou ao CMS
74 que estava retornando ao conselho de Saúde relata, que a portaria de cessão para o CMS estava
75 vigente até 31 de dezembro então juridicamente falando está lotada no CMS, só que até este
76 momento a SMS não revogou está portaria não existe publicação no diário oficial e quanto a isso
77 que está havendo este mal entendido. A conselheira Claudia Saveli fala que no final do ano
78 participou do Comitê da Dengue teve alguns dados muito importantes porque estamos entrando
79 no verão e essa preocupação em relação à Dengue, fala que teve 266 casos de suspeita de
80 Dengue; 21 foram confirmados, que eram importados e 24 eram no município. Estão propondo
81 parceria com o maio ambiente; o trabalho com a coleta preventiva está orientando e trabalhando
82 com a população, além dos agentes de endemias. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão
83 fala que na próxima reunião a Mesa Diretora já vai trazer uma proposta com as datas das
84 reuniões ordinárias do CMS. A conselheira Elaine Cristina Rinaldi sugere que sejam convocadas
85 as entidades para esclarecimento referente à nova resolução. **4.1. Constituição da Comissão**
86 **Eleitoral para a Mesa Diretora do ano de 2017.** O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão
87 fala que tem que montar uma comissão para fazer o processo eleitoral para a próxima Mesa
88 Diretora do CMS, lembrando que quem tem interesse em disputa de vaga não pode compor a
89 Comissão eleitoral, porque já vem na resolução que quem tem interesse de causa não pode
90 coordenar o processo. A Composição da Comissão do Processo Eleitora: Leandro dos Santos
91 Dias, Sueli Terezinha Mensen e Elaine Cristina Antunes Rinaldi. **4.2. Apreciação para cadastro**
92 **de inscrição de a entidade Comunidade Terapêutica Melhor Viver.** O presidente Jefferson
93 Leandro Gomes Palhão fala que a entidade Comunidade Terapêutica Melhor Viver que a
94 comissão fez o relato no item 2.1., fala que foi a comissão que não olhou a tempo, também não
95 dá para jogar a culpa na comissão para quem não acompanhou a comissão, lembrando que se
96 trata de uma entidade que tem duas CNPJ uma matriz e a outra filial e esta entidade tem projetos
97 das duas e por isso que a entidade precisa do cadastramento no CM e como o nome das duas é
98 muito parecido foi aprovado de uma e não aprovado da outra; a comissão faz o relato da
99 resolução Nº 008, de 17 de Agosto de 2016 que ainda está vigente. **Aprovado por 18 votos**
100 **favoráveis e 1 abstenção o cadastro da entidade Comunidade Terapêutica Melhor Viver.** O
101 presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que o cadastro da entidade Comunidade
102 Terapêutica Melhor Viver é referente ao ano de 2016, que em 2017 a entidade precisa trazer toda



103 a documentação novamente. **4.3. Apreciação da Proposta de Alteração da redação da**
104 **resolução nº 008/2015.** O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que é a alteração da
105 redação da resolução nº 008/2015. A relatora da Comissão de Programas e Projetos Claudia
106 Saveli lê as sugestões feitas pela Comissão. No Art. 1º – O Conselho Municipal de Saúde fica
107 definido que as entidades solicitantes de cadastro anual ou renovação deverão entregar todas as
108 documentações no prazo de 01 de fevereiro a 15 de abril de cada ano na secretaria do conselho
109 Municipal de Saúde. **Sugestão de alteração:** Art. 1º – O Conselho Municipal de Saúde fica
110 definido que as entidades solicitantes de cadastro anual ou renovação deverão entregar todas as
111 documentações no prazo de 01 de fevereiro a 15 de abril de cada **ano ao conselho Municipal de**
112 **Saúde, protocolado na praça de atendimento da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa**
113 **(PMPG), numerada e com rubrica.** Documentos necessários para renovação (anual) da
114 inscrição no CMS: Ofício solicitando a renovação da inscrição direcionada ao (a) Presidente do
115 CMS. Ata da eleição da atual diretoria registrada em cartório. CNPJ atualizado com certidões
116 negativas nas três esferas. Certidão Negativa de Débito do Tribunal de Contas do Estado do PR.
117 Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. Certidão
118 Negativa do FGTS. Relatório de atividades do ano anterior, com avaliação do impacto
119 social/HUMANIZASUS. **Sugestão de alteração: Relatório de atividades do ano anterior, com**
120 **avaliação do impacto social e ou HUMANIZASUS; conforme modelo anexo1.** Pesquisa de
121 satisfação dos usuários e apresentar cópia da pesquisa ao conselho com antecedência à
122 solicitação do cadastramento. **Sugestão de alteração: Relatório de pesquisa de satisfação**
123 **dos usuários a ser entregue ao Conselho Municipal de Saúde e a pesquisa deve estar**
124 **arquivada na instituição para apresentar ao conselho sempre que solicitado. Sugestão de**
125 **modelo conforme anexo 2.** Licença Sanitária ou protocolo de solicitação do pedido. **Fica**
126 **revogada a resoluções anteriores. DISPOSIÇÕES GERAIS.** As Entidades que não atenderem
127 aos requisitos exigidos no credenciamento serão consideradas inabilitadas. O presidente
128 Jefferson Leandro Gomes Palhão sugere que a resolução seja revisada por ele e mais um ou dois
129 integrantes da Comissão de Programas e Projetos antes de ser homologada e publicada. O
130 presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão após as alterações da redação da resolução nº
131 008/2015, coloca em votação. **Aprovado por unanimidade 19 votos favoráveis.** Encerrada a
132 reunião às 19hs e 08 min.